
Acolhimento Institucional: leituras possíveis do movimento institucionalista sobre a medida protetiva para jovens

Institutional Refuge: Possible readings of institutionalist movement on the protective measure for young people

Resumo

Ao levar em consideração a perspectiva da autonomia e participação dos jovens na construção das intervenções que visam torná-los sujeitos de direitos. Neste artigo, sob a luz do movimento institucionalista, analisamos a política de acolhimento institucional, buscando indagar sobre as possibilidades de formação de coletivos autogestivos e autoanalíticos para superação dos desafios e obstáculos apresentados por essa política. Utilizamos da metodologia de revisão bibliográfica de artigos selecionados pelo critério de proximidade com o tema de estudo. Os resultados revelam a urgente necessidade de reformular as práticas do acolhimento, reconhecer as diferenças, dar voz a juventude protagonista dessa política e produzir novas possibilidades de convivência no espaço das unidades.

Palavras-chave: Autogestão. Autoanálise. Movimento institucionalista. Acolhimento institucional.

Abstract

In the present article, written on the assumption of teenagers having autonomy and taking part in developing the interventions that aim to make them subjects of law, we analyze, under the light of the Institutional Movement theory, the policy of institutional hosting and social assistance, seeking for possibilities to create self-managed and self-analytical collectives to overcome the obstacles presented by this policy. Bibliographic methodology reviews and selected articles under the criteria of proximity relation to the research subject were employed to substantiate this article. The results reveal the urge to restructure the social assistance

**Mário Henrique
Barreto Marcon**

Programa Jovem
Independente; Psicólogo e
Especialista em Intervenção
Psicossocial no Contexto das
Políticas Públicas pelo Centro
Universitário UNA.
hbmario@gmail.com

**Paulo Roberto da
Silva Júnior**

Faculdade Arnaldo; Psicólogo
e Doutor em Psicologia Social
pela UFMG.
paulosilva.junior@yahoo.com.
br

hosting system, to acknowledge the institutional power dynamics and the subjectivities in every teenager life, to give a voice to these teenagers to lead this policy and to build new coexistence possibilities in the units' space.

Keywords: Self-Management. Self-Analysis. Institutional Movement. Institutional Host.

Introdução

Entre os diversos problemas e questões cruciais que continuam a desafiar as políticas de desenvolvimento social no Brasil, seguramente, uma das mais importantes é a da juventude (ABRAMOVAY *et al.*, 2002). O expressivo contingente de jovens existentes no conjunto geral da população, somado ao aumento da violência e da pobreza e ao declínio das oportunidades de trabalho, estão deixando a juventude brasileira sem muitas perspectivas e oportunidades para o futuro, sobretudo, o segmento da juventude pobre, preta e periférica, que está sendo vítima de situações sociais precárias e aquém das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista da cidadania.

Ao traçar um panorama do tratamento governamental dado às temáticas relacionadas aos jovens no Brasil, observa-se que não se estruturaram, por muito tempo, políticas públicas juvenis, mas em um conjunto de programas geralmente desconexos, focalizando grupos de jovens que compartilham determinada condição, tratados quase sempre de forma estereotipada (SPÓSITO; CARVALHO E SILVA; SOUZA, 2006). Cabe destacar viés assistencialista, normatizador e controlador do comportamento juvenil empregado nessas propostas de intervenção sobre o público juvenil, cujo foco principal é o de oportunizar e oferecer o acesso aos direitos sociais e nunca construir uma política que seja feita verdadeiramente com eles. Ao contrário, portanto, de ações com a juventude, verificamos, durante muito tempo, um formato de condução da gestão e implementação que é para os jovens.

Contudo, torna-se importante destacar a mudança nesse cenário de improvisação de ações desconexas e da reprodução de estereótipos entorno da juventude para um contexto de valorização da juventude como alvo de diversas políticas públicas (BELLUZO; VICTORINO, 2004; CASTRO; ABRAMOVAY, 2002; CORROCHANO; SPOSITO, 2005; KERBAUY, 2005; TOMMASI, 2005; TOMMASI;

BEZERRA, 2010, SILVA JUNIOR; MAYORGA, 2016). No ano de 2005, instituem-se a Política Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). A criação deste quadro institucional tinha como objetivo principal articular e integrar as ações do governo, junto aos diversos municípios brasileiros, promovendo uma coordenação interministerial integrada no desenvolvimento das políticas públicas juvenis. O ProJovem, que tinha como foco jovens de 18 a 24 anos de idade, sem nenhum vínculo empregatício, que tivessem a quarta série completa e a oitava série incompleta do ensino fundamental, foi o carro chefe desse novo quadro institucional, voltando sua atuação para a elevação da escolaridade e conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias por parte dos jovens em suas realidades locais (SILVA JUNIOR; MAYORGA, 2016).

Ao longo deste artigo, nos debruçaremos sobre a política de acolhimento institucional implementada a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Embora este estatuto dê ênfase ao termo adolescente, utilizaremos, com maior realce, o termo jovem ao longo do texto, por entender que a categoria juventude diz respeito às experiências de desenvolvimento biopsicossocial e de preparação para a vida adulta, presentes na adolescência (ABRAMO, 2005). Ainda sobre a política de acolhimento institucional, destacamos que ela, além de apresentar diversos obstáculos na garantia da proteção integral, também incide na perspectiva de contornamento das experiências juvenis (TOMMASI; BEZERRA, 2010) e na postura de não inserir os jovens como sujeitos ativos do processo. Assim, um desses obstáculos é, justamente, o silenciamento de seus protagonistas no processo de construção das intervenções. Consideramos, assim, que a juventude, entendida como conceito na perspectiva política, foi e ainda é silenciada em nome de uma leitura biologizante que, em prol da defesa de seus direitos, recorre ao discurso da tutela, assolando a possibilidade de participação ou autonomia da juventude que se espera proteger (CASTRO, 2008).

Atualmente, existem inúmeras casas de acolhimento institucional que recebem crianças e adolescentes privados de seu convívio familiar. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (BRASIL, 1990) prevê em seu art. 98,

esse acolhimento ocorre como medida de proteção aplicável sempre que crianças e adolescentes tiverem seus direitos ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou Estado, ou ainda, por falta, ameaça, abuso dos pais/responsáveis. No Art. 101, de acordo com a nova Lei de adoção, observa-se que, "o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (s/p)". A Lei prevê a convivência em família como prioridade, indicando que a colocação em instituições só deve surgir como última medida, depois de serem esgotadas todas as outras possibilidades de reinserção na família de origem ou de colocação em família substituta (SOUSA; VILLACHAN, 2015).

Outro aspecto relevante é o fato da maioria dos jovens em acolhimento institucional, que permanecem durante um longo período de tempo na instituição, demonstrar fracas competências pessoais e sociais com vista à sua autonomia, e podem vir a desenvolver problemas nos níveis social, emocional e comportamental (MAGALHÃES, 2007). Dessa maneira, é inexorável pensar que os protagonistas dessa política tenham participação na construção e organização de seu tempo institucionalizado, colocando-se, dessa forma, como sujeitos instituintes, mobilizados por forças produtivas, desejanter e revolucionárias que tendem a transformar as instituições.

Ao levar em consideração esta perspectiva da autonomia e participação dos jovens na construção, implementação e monitoramento das intervenções que visam torná-los sujeitos de direitos, este artigo tem como objetivo principal, com base em uma metodologia de revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, analisar, sob a luz do movimento institucionalista, a política de acolhimento institucional, buscando indagar sobre as possibilidades da formação de coletivos juvenis autogestivos e autoanalíticos para superação dos desafios e obstáculos apresentados por essa política.

Em face desses aspectos, destacamos que, para a construção desse cenário de coletivos juvenis autogestivos e autoanalíticos, é imprescindível que os agentes engajados nessa política desarticulem seu saber profissional das classes e hierarquias dominantes, colocando-se a serviço dos coletivos acolhidos na promoção

de sua autogestão, autoanálise e a favor dos seus desejos. Desse modo, nossa proposta é a de olhar para a política de acolhimento institucional de crianças e adolescentes não no sentido de meramente repetir as inúmeras críticas ao modo de como essa política tem marcado os sujeitos institucionalizados, mas espionar pelas frestas e tentar pôr em evidência invisibilidades, de modo a dar abertura para outros modos de pensar este fazer.

1 Sobre instituições, instituintes e instituídos

O conceito de instituição é encontrado em diversos campos e correntes de pensamento, por isso, tem sido empregado em sentidos muito diversos. Para o antropólogo e sociólogo Goffman (1974), ao trabalhar com o conceito de “instituições totais”, essas seriam espaços de controle da vida, que substituiriam as possibilidades de interação social por “alternativas internas”. Diferentemente de Goffman, Foucault (1990), ao trabalhar com o conceito de instituições completas, pontua que a instituição está para além da instituição, coloca a questão em termos de processos de assujeitamento, dispositivos de poder, mecanismos de normatização que estão, ao mesmo tempo, dentro e fora das instituições.

O Movimento Institucional, por sua vez, tem as instituições como instancias de saber, que em um movimento continuo reconstroem as relações sociais, reorganizam os espaços e recortam limites. Vale ressaltar que o Movimento Institucional que aqui tratamos não é o Institucionalismo, corrente teórica utilizada nas Ciências Políticas e/ou Econômicas. O movimento institucional, deixando de considerar por um momento as diferentes doutrinas das escolas, acredita que a sociedade é uma rede, um tecido de instituições (BAREMBLITT, 1992). Sobre as diferenças de doutrinas e de conceitos, chamamos, então, de Movimento Institucionalista o conjunto não totalizável de escolas e correntes cujas diversas tendências subscrevem alguns objetivos comuns, entre os quais os mais compartilhados consistem em propiciar nos coletivos os processos de autoanálise e autogestão (BAREMBLITT, 1996). Esse movimento busca a “lógica da diferença, procurando desencadear rupturas objetivas e subjetivas em modos coagulados de

experiências institucionais, contrapondo à alienação a autonomia e a expressão de alteridade” (PEREIRA, 2007, p.7).

Essa perspectiva, sobre a condição relacional do poder, significa um poder descentralizado, sem lócus privilegiado, como o Estado ou as classes dominantes. Assim, a partir das contribuições de Foucault (1990), entendemos que as formas de dominação não são contratuais, tão menos naturais, são construídas estrategicamente e determinadas pela história.

Ainda sobre o significado de instituição, não pretendemos aqui esgotar a vasta discussão sobre esse conceito, porém, tomar-se-á aqui a instituição a partir do pensamento de G. Baremblytt, que, de forma objetiva, aponta:

As instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser pautas, regularidades de comportamentos (BAREMBLYTT, 1992, p. 27).

O mesmo autor aponta que "as diferentes escolas do movimento institucionalista se propõem propiciar, apoiar, deflagrar nas comunidades, nos coletivos, nos conjuntos de pessoas, processos de auto-análise e de autogestão" (BAREMBLYTT 1996, p. 14). O processo de autoanálise e de autogestão são conceitos basilares do Movimento Institucional. São processos que visam, em última análise, contribuir para que os indivíduos e as comunidades voltem a ter confiança nos seus próprios julgamentos e recuperem o poder de gerenciar a própria vida nos seus mais variados aspectos, ou seja, espera-se que recuperem a autonomia perdida e possam vir a exercer de fato o seu papel de cidadãos (PEREIRA, 2000). A autoanálise parte do princípio em que os grupos sociais sejam protagonistas de suas demandas, desejos, interesses. Que eles possam, em processos coletivos de autonomia, criar sua própria identidade e seu sentido de pertencer, sem a necessidade de que um agente externo, que acredite possuir o saber, digam-lhes “quem são, o que podem, o que sabem, o que devem pedir e o que podem ou não conseguir” (BAREMBLYTT, 1992, p. 16).

Lembra ainda o mesmo autor que, nas comunidades, grupos e organizações, os processos de autoanálise ocorrem de forma simultânea com os processos de auto-organização, em que a comunidade se articula, se institucionaliza, se organiza para

construir os dispositivos necessários para produzir, ela mesma, ou para conseguir os recursos de que precisa para o melhoramento de sua vida sobre a terra (BAREMBLITT, 1992). O processo de autogestão se caracteriza pela igualdade de direito e de desejo, pelo prazer coletivo da criação. Portanto, esse processo implica na mudança radical das relações de poder, não unicamente para destruir o poder centralizado, mas para devolvê-lo para os grupos. Vale ressaltar que no processo autogestivo a lei não está ausente, ela é garantidora e responsável pelo direito de desejo e de participar dentro dos grupos (PEREIRA, 2007).

Nesse cenário teórico, que aclara o antagonismo entre o desejo dos coletivos e a vontade de poder das instituições, colocam-se outros dois conceitos importantes para o Movimento Institucional, sendo eles o de instituído e de instituinte. O instituído seria parte do produto da ação instituinte, que ordena as transformações alavancadas. Ele é o processo que assenta as mudanças impulsionadas pelo instituinte, que, por vezes, “reflete na tendência de permanecer estático e imutável, conservando de juri estados já transformados de facto e tornando-se assim resistente e conservador” (BAREMBLITT, 1992, p. 157). Já o instituinte seria o processo mobilizado por forças produtivas, desejantes e revolucionárias, que tende transformar instituições, “como parte do devir das potências e materialidades sociais” (BAREMBLITT, 1992, p.158).

A trama dialética, entre instituinte, instituído e institucionalização, faz com que ela seja realidade inacabada, projeto em construção. O instituinte não deve ser pensado como força que resulta em instituído, mas como relação de forças permanente, que comporta tanto o poder como as singularidades de resistência e produção de novos sentidos. Nas bordas do espaço instituído, debate-se o espaço instituinte, não previsível e inexato. Por isso, a instituição não pode ser compreendida somente como algo conservador, sem movimento contrário, face do instituído. O instituinte sobrevive encoberto no seio de toda instituição através de seu germe transformador, o desejo, iceberg do qual só vemos a ponta aguda, cuja parte submersa é uma potência energética (PEREIRA, 2007).

É preciso, ainda, distinguir as organizações e os estabelecimentos, sendo esse último, unidades menores das organizações, que incluem dispositivos técnicos cujos exemplos mais básicos são a maquinaria, as instalações, os arquivos, os aparelhos.

As organizações, nesse sentido, são grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que concretizam as opções que as instituições distribuem e enunciam. Dessa forma, entendemos que as unidades de acolhimento institucional, foco de análise deste artigo, são traduzidas como estabelecimentos, aparelhos do Estado dentro de uma lógica institucional daquilo que entendemos, para além do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, como direito da criança e do adolescente. Porém, teceremos as análises atendendo a nomenclatura jurídica “acolhimento institucional” e “instituições de acolhimento”.

Vale ressaltar que os processos autogestivos e autoanalíticos se dão em condições altamente desfavoráveis: são odiados pelo sistema social. A juventude institucionalizada nos acolhimentos não são donas do saber, das riquezas ou dos recursos, por isso as instituições norteiam a definição de problemas, a invenção de soluções, a colocação dos limites do que é possível, do que é impossível e do que é virtual. “Esses processos autogestivos e autoanalíticos são, para a organização do sistema, um câncer, uma peste” (BAREMBLITT, 1992, p. 23).

Refletir sobre as instituições de acolhimento no prisma do pensamento do Movimento Institucional perpassa pela posição de entender que a forma virtual, imaginária, simbólica e as relações de poder das instituições, não estão desvinculadas da prática social. Por isso, para entender a política de acolhimento institucional, devemos lembrar que sua história atravessou séculos de uma lógica correspondente a uma sociedade desigual, ligada a uma política higienista de recolher dos olhos públicos as crianças e os adolescentes abandonados, enjeitados, carentes, “meninos de rua”, “menores” (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2011). Dessa forma, a história da política de acolhimento institucional foi dividida por Marcílio (2006) em três fases: a caritativa, a filantrópica e a do Estado do bem-estar social. Se nas fases caritativa e filantrópica a política foi atravessada por vieses assistencialistas e morais religiosos, é na fase do Estado de bem-estar social que surgiram movimentos sociais que passaram a denunciar a perversidade e a ineficácia das políticas e das legislações anteriores (SILVA, 2004).

Em virtude disso, a partir da efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instaura-se uma nova concepção dos abrigos. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (1990) marcam o

início de um novo modelo de atendimento a crianças e adolescentes que passam a ser significados enquanto sujeitos de direitos, em situação peculiar de desenvolvimento. A família, o Estado e a sociedade são convocados a assumirem conjuntamente a responsabilidade pela garantia dos direitos da criança e do adolescente. Por conseguinte, o Serviço de Acolhimento Institucional passa a ser definido no Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como medida excepcional e provisória, para crianças e adolescentes de ambos os sexos, em situação de risco pessoal e social, em que as famílias não consigam promover a proteção social necessária (BRASIL, 1990). Ainda no mesmo artigo, a tipificação (BRASIL, 2006) comunica que as unidades de acolhimento devem possuir características físicas residenciais, um ambiente acolhedor que atenda, no máximo, vinte crianças e/ou adolescentes, buscando a maior semelhança possível com as relações do ambiente familiar, o que está em conformidade com as Orientações Técnicas aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2006).

Caponi (2000) sugere que entre as práticas assistenciais, caritativas e filantrópicas não existe uma ruptura absoluta. Nesse sentido, Rossetti-Ferreira *et al.* (2011, p. 30) corroboram ao dizer que as unidades de acolhimento, apesar das diversas transformações, do aperfeiçoamento das leis e normativas, hoje ainda convivem com antigas práticas, heranças históricas da filantropia e do assistencialismo que tanto marcaram e ainda marcam este tempo. Assim, coloca-se nesse processo que o acolhimento institucional é ainda atravessado pelo ideal da família tradicional(izada) e pela criminalização da pobreza (CAMPOS, 2013), persiste a ineficiência do Estado para promover a reinserção de crianças e adolescentes (ROSA *et al.*, 2012), os profissionais não são capacitados e as instalações nem sempre atendem aos critérios elencados pelo ECA (LEMOS *et al.*, 2014).

Apesar dos princípios definidos pela ECA para o funcionamento das unidades de acolhimento ainda não serem plenamente cumpridos, a política de acolhimento passou por transformações importantes, criando práticas e ferramentas inovadoras, que intentam fortalecer os recursos materiais e simbólicos das famílias, das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade, possibilitando o exercício da autonomia e da plena cidadania. Enfim, as mudanças dessa política são construídas

dialeticamente e de modo contínuo, revelando processos de contradição, de avanços e de recuos (MOREIRA, 2014).

Autores como Lemos (2013), Rosa (2012) e Campos (2014) mostram que os desejos das crianças e dos adolescentes institucionalizados raramente são levados para o campo de uma escuta política, sendo, dessa forma, sempre representados pela voz do adulto, realidade esta que o presente artigo visa problematizar. Nesse cenário, os sujeitos instituídos parecem não ter voz nessa política pública que marca sua história de vida de forma singular. Assim sendo, o acolhimento institucional, desde sua origem até os dias atuais, é marcado pela invisibilidade política do discurso e da história de vida das crianças e dos adolescentes.

Quando analisamos o lugar do adolescente no cenário público, Castro (2008) questiona se os direitos pensados para as crianças e os jovens favorecem que estes se tornem sujeito da sua própria história, uma vez que, para isso, é necessário que seus direitos lhes garantam autonomia para encontrar seu lugar no cenário público. A autora contrapõe a crença comum de que os adultos podem envergar a bandeira da proteção e do cuidado em relação a crianças e jovens, assegurados e legitimados pelo suposto saber que os qualifica. Nesse sentido, é importante ressaltar que o malogro do acolhimento institucional deve-se a seu objetivo de tirar o jovem de uma situação de vulnerabilidade, inseri-lo em uma instituição, inculcar-lhe regras, normas e leis, recusando a abertura ao saber e à história de vida que são afirmados pelos jovens. Sendo assim, entendendo a juventude uma categoria socialmente construída, é possível afirmar que sua constituição se dá a partir de um modelo adultocêntrico, que marca lugares de subordinação para os sujeitos não adultos da sociedade.

Quando há uma prevalência do instituído, as instituições e seus estabelecimentos capturam os processos de subjetivação singulares, impondo-lhes seu próprio modelo através da centralidade do poder, do saber, do dinheiro, do prestígio, da disseminação da culpa (BAREMBLITT, 1992). Esse modelo de acolhimento, apesar das vitórias e dos avanços, ao ser pensando por esse grande chefe (Estado) funciona sob a heterogestão na manutenção de silêncios impostos e consciências caladas, em que a autoridade determina as condições e os parâmetros da comunicação (PEREIRA, 2007). Dessa forma, para problematizar sobre o saber

silenciado da juventude, a partir das questões institucionais, resgatamos Foucault (1996), que nos alerta ao dizer que a massa não necessita dos intelectuais para saber, entretanto, existe um sistema de poder que invalida seu discurso. As figuras que ocupam posições absolutas dão manutenção a esse sistema verticalizado de poder, imputando à juventude a condição de subalterno.

2 Metodologia

Essa pesquisa emprega o método dialético que, conforme aponta Gil (2008), considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social e que as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que requerem soluções. O desenvolvimento do trabalho se valeu da metodologia de revisão bibliográfica, que tem como objetivo identificar o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica sobre esse tema, pretendendo não apenas a repetição do que já está escrito, mas possibilitar o exame de um tema sob um novo enfoque e conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI, 2007). Portanto, este método possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 2002). Dessa forma, buscamos estabelecer novas conexões, propor novos temas e problemas/hipóteses que possam contribuir e expandir as leituras e análises sobre o tema (GALVÃO, 2010) para a área de conhecimento da juventude.

Os portais acadêmicos utilizados para a busca de artigos científicos foram o BVS Psicologia Brasil, Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Google Scholar*. As buscas por artigos foram realizadas utilizando-se uma ou mais palavras-chave, tais como: acolhimento institucional, instituições, autonomia, autogestão, autoanálise, movimento institucionalista, jovens, juventude, adolescente, ECA. A partir da leitura de títulos, resumos e palavras-chave, e, em determinados casos, do artigo por inteiro, selecionamos 12 (dez) artigos que mais se encaixavam no objetivo de produzir uma análise sobre as possibilidades de formação de coletivos pautados na autogestão e autoanálise no contexto da medida protetiva de acolhimento institucional. No

intuito de produzir novas reflexões e ampliar o conhecimento produzido sobre o tema, selecionamos 04 (quatro) artigos para o processo de análise, levando em consideração a diversidade de ano, região do Brasil e revistas científicas, e a maior proximidade com o tema de estudo e os objetivos traçados pela pesquisa.

Destacamos a pouca quantidade de materiais publicados sobre a vocalização e participação ativa dos jovens, configurando-se um movimento de autogestão e autoanálise, no contexto da medida protetiva de acolhimento institucional. Dessa forma, optamos por manter o artigo datado do ano de 2003, mesmo este se distanciando dos demais em termos cronológicos. Avaliamos que, mais do que um problema de produção e/ou publicações sobre o tema, a questão pode estar na ausência de experiências exitosas que retirem os jovens do lugar de sujeição e os coloquem como atores sociais no processo de construção do novo, do inédito e do inesperado dentro da medida protetiva de acolhimento institucional.

O Quadro 1 apresenta os artigos escolhidos para a análise.

Quadro 1 – Artigos selecionados para a análise.

[Continua]

Ano	Título	Autores(as)	Revista	Estado / Cidade
2003	Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes	Dorian Mônica Arpini	Psicologia Ciência e Profissão	DF/Brasília
2012	O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional	Edinete Maria Rosa, Célia Regina Rangel Nascimento, Jallana Rios Mat Jamile Rajab dos Santos	Estudos de Psicologia	[Conclusão]
2013	Abandono e acolhimento institucional: Estudo de caso sobre maioridade e desinstitucionalização	Martha Emanuela Soares da Silva Figueiró, Herculano Ricardo Campos	Psicologia Argumento	PR/Curitiba

Ano	Título	Autores(as)	Revista	Estado / Cidade
2014	Vida, Criação, Existência e Autonomia em Abrigos	Lygia Santa Maria Ayres; Adrielly Selvatici Santos; Izabel Taveira Manhães Braga; Ludmila da Cunha Mose Ferreira	Mnemosine	RJ/Rio de Janeiro

Fonte: Elaborado pelos autores.

3 Resultados e análises

Para a construção das análises, foi realizada uma leitura exaustiva de todo o material coletado, orientada pelas referências teóricas que contextualizam o problema de pesquisa, focalizando o objetivo traçado, no intuito de encontrar as unidades de sentido entre os textos analisados. Dessa forma, buscaremos desenvolver duas categorias de análise, articulando, para isso, conceitos importantes para a análise institucional com as práticas da política de acolhimento. Na primeira categoria, construiremos o diálogo entre instituído e instituinte, debruçando-nos nas práticas da política de acolhimento que revelam faces desses processos onde algum desequilíbrio ou desarmonia possa operar. Na segunda categoria, o esforço se dará na articulação entre autogestão e autoanálise como possíveis ferramentas para superação de alguns desafios dessa política, tendo em vista a construção coletiva para mudança.

3.1 A juventude instituinte e o instituído da política de acolhimento

Faz-se importante considerar que a política de acolhimento não somente marca a vida dessas crianças e adolescentes institucionalizados como, também, se reproduz no imaginário daqueles que não tem contato direto com a instituição, seja por ameaça de virem a integrar esse universo ou por outras vias. Sobre o processo histórico e as transformações da política de acolhimento já remodeladas pelo ECA, as unidades de acolhimento equivalem, portanto, a instituições mais abertas, com espaço que respeite a individualidade e que tem caráter temporário. Contudo, essa

renovação não garante que fenômenos como a violência e outros obstáculos se reproduzam nesse novo modelo, conforme o artigo analisado de Arpini (2003).

A autora aponta em seu artigo que as instituições apresentam dificuldades em lidar com o contexto social e a história dos sujeitos institucionalizados. Nesse sentido, as instituições não permitem a construção de um espaço para trabalhar as dores, as tristezas e as violências dos jovens e das crianças. Há, portanto, um silenciamento, dificultando que o sujeito elabore seu passado:

A perda, a falta e a separação não são em si o problema para a formação de identidade, aliás, como vimos, podem até ser os determinantes, porém, o que importa é a possibilidade de sua significação e a condição para a simbolização. Quiçá, encontra-se aí o problema da Instituição. Esta, enquanto tenta se colocar como substituta total da família, fazendo-se de mãe e pai, ou melhor, da mãe com pai ausente, procurando negar a falta vivida pela criança, estará justamente impedindo a vivência da demanda (MARIN, 1999, p.48).

É nessa lógica que a estrutura institucional se põe a serviço do não desejo, da antiprodução de significado, barrando a simbolização das angústias dos jovens nesse percurso. Com isso, a instituição degrada-se, perdendo seu sentido original, abrindo rachaduras que ameaçam liberdades democráticas. A partir disso, os acolhimentos institucionais produzem a fragmentação dos seus participantes, que em união poderiam representar uma força de resistência, sendo que, talvez por isso, são minados desse direito e reconhecidos como ameaça.

Quando as relações de poder no seio de uma organização são vividas a partir desse cenário geram o sentimento de impotência, típico das relações capitalistas, resultando em uma série de comportamentos comprometidos, como alienação, exploração e dominação (PEREIRA, 2007). Os jovens, nesse contexto de impassibilidade, fazem laços frágeis com a instituição e com os próprios jovens. Se acreditarmos que o trabalho coletivo é recurso de contrapartida das relações já postas de poder hierarquizado, pensamos então na construção de sujeitos a partir de relações mais afetivas que abarquem o reconhecimento, a aceitação, o respeito, base necessária para o trabalho em grupo, em que o instituído e o instituinte se organizem a partir de dinâmicas cada vez menos verticalizadas, como observado no artigo analisado de Arpini (2003).

Nesse momento, ao pensarmos sobre a fragilidade das relações e o percurso dos jovens no acolhimento, Figueiró e Campos (2013), no artigo aqui analisado, levantam questionamentos e apontamentos sobre o papel da rede de acolhimento institucional no que diz respeito à preparação, à autonomia e à orientação do jovem para a vida pós-desligamento institucional.

Em primeiro lugar é preciso evidenciar que, segundo o documento “Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”, elaborado pelo Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o acolhimento institucional deve, entre as suas obrigações, orientar-se também por princípios que promovam o respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem. Esse mesmo documento aponta que, após atingir a idade máxima – que em geral se limita a 18 anos – a desinstitucionalização é necessária aos jovens que não tiveram seus vínculos familiares e comunitários restabelecidos ou não foram encaminhados à família substituta, e deve acontecer de forma gradativa (CONANDA; CNAS, 2008). No caso dos adolescentes, o serviço deve incluir o acesso aos programas de qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho, conforme destacado no artigo analisado de Figueiró e Campos (2013).

Ainda na lei 12.010/09, fica evidente que a família tem preferência em relação a qualquer outra providência, ou seja, o esforço técnico dos profissionais do acolhimento junto à juventude acolhida precisa, em alguma medida, ser direcionado a reconhecer e auxiliar a família. Nesse sentido, no art.18, parágrafo primeiro da mesma lei, reconhece que, para as ações e decisões acerca da criança e do adolescente deve-se garantir o direito a ter sua opinião considerada. Isso implica que a escuta da juventude em acolhimento deve ser garantida nas diversas decisões que possam repercutir na sua trajetória de vida, legitimando, dessa forma, a participação em mudanças relativas à sua situação familiar, ao desligamento do serviço de acolhimento.

Portanto, é esperado que as instituições de acolhimento preparem o jovem, enquanto cursa essa política, para que, em especial, no momento de seu desligamento o jovem possa estar minimamente consciente sobre o significado de uma vida autônoma. Pensar sobre autonomia na juventude é encarar um

pensamento não linear de sua construção, e é, muitas vezes, nesse processo que o jovem no acolhimento se encontra silenciado, visto que suas reclamações e angustias são ouvidas como “ruídos”.

Quando o acolhimento é construído em torno de uma figura de autoridade, muitas vezes mitificada, que pode ser corporificada por um coordenador, técnico ou figura que se identifique narcisicamente com a instituição, essa então passa a exigir comportamentos de extrema fidelidade e coesão com as regras. Qualquer movimento de consciência crítica e ou alteridade é lido como uma traição ou ameaça, e não como abertura para se dialogar com a autonomia ou autogestão. Sob esse prisma, o desligamento das unidades de acolhimento representa, para além da passagem para vida “adulta”, desafios econômicos, afetivos e sociais, o que aflora o sentimento de angustia, medo, abandono (duplo abandono), ou mesmo revolta. Figueiredo, Sader e Bierrenbach (1987) apontam que, em instituições onde meninos vivem privados de socialização, é comum que entrem em crise ao se aproximarem da maioria e, conseqüentemente, da saída obrigatória da instituição. Sem preparo e apoio, egressos de serviços de acolhimento institucional podem seguir caminhos que os submetam a situações como a rua, o tráfico e as prisões.

Na conclusão de Figueiró e Campos (2013) é apontada a inexistência de um trabalho coletivo voltado para o jovem em acolhimento institucional, bem como a inconsistência na preparação para sua saída compulsória da política de acolhimento. Ainda segundo os mesmos autores, a garantia de direitos, no que tange o trabalho da autonomia, era confundida com oferta de favores, reeditando a política de assistência social observada no início do século XX.

3.2 Autogestão e autoanálise na construção de novas possibilidades

Esses sujeitos desligados da política de acolhimento, não suficientemente autônomos, tornam-se capturados por um modelo paternalista, permitindo os setores conservadores “institucionalizar a mudança e transformar a força viva em estruturas e normas organizacionais burocráticas e rígidas” (PEREIRA, 2007, p. 17). No olhar do movimento institucionalista, é necessário que os sujeitos dessa

política assumam politicamente a produção da tarefa, a organização da política, tomando o lugar de sujeito autônomo. Assim,

[...] mais que visar à correção e adequação dos sujeitos às suas regras, os serviços devem objetivar a produção de sua autonomia e continuamente atuar preservando o direito à esperança, fundamental para o exercício pleno da cidadania (FIGUEIRÓ; CAMPOS, 2013, p. 124).

Sobre essas condições da rigidez nas regras institucionalizadas, destacamos Goffman (1974) ao falar das instituições totais, as quais se caracterizam por adotar horários inflexíveis, normas estritas, quase nenhuma liberdade para ir e vir e outras características do gênero. As medidas adotadas pela política de acolhimento, segundo Figueiró e Campos (2013), somente tem em vista o melhor funcionamento institucional, fabricando uma relação de sujeição entre elas e os usuários do serviço, em detrimento da construção da autonomia dos internos. Dessa forma, pontuamos a dificuldade em falarmos de um processo de autogestão, uma vez que o trabalho, com vistas à autonomia dos jovens institucionalizados, não se afasta de uma relação de sujeição. A autogestão requer ser pensada enquanto um complexo processo psíquico, pedagógico e social.

Na esteira do que afirma Lancetti (2009, p. 83), para quem a assistência social nunca estará em condições de produzir efeitos transformadores se não criar dispositivos cogestivos e autogestionários, incentivar a participação dos usuários nas tomadas de decisões do acolhimento, ao em vez de impor regras as quais eles devem simplesmente se sujeitar, poderia contribuir para o fortalecimento da autonomia dos adolescentes.

Nesse debate, o artigo de Rosa *et al.*, (2012), também base de nossa análise, buscou acompanhar e investigar o desenvolvimento de oito adolescentes em processo de desligamento. Argumenta as autoras que é preciso dar voz às crianças e aos adolescentes em situação de acolhimento, e, para isso, é preciso promover momentos de conversa e valorização e reconhecimento da fala. Ainda sobre este estudo, a resposta dos jovens aos questionários avaliativos, embora a avaliação geral que eles fizeram das instituições tenha sido positiva, não foi o suficiente para que parte deles permanecesse instituído. A pesquisa revelou, ainda, que, por parte dos meninos entrevistados, houve maior número de evasões e percepções mais

negativas sobre a equipe técnica e o processo de desligamento. Não pretendemos analisar, neste momento, a proposta da autogestão a partir de um corte de gênero, porém a pesquisa de Rosa *et al.* (2012) já aponta alguns direcionamentos, como o debate sobre masculinidade e violência.

Poucos estudos discutem a questão da evasão nas instituições de acolhimento. Uma explicação possível para a evasão é a dada por Silva (2010), como sendo a busca por uma situação de liberdade e autonomia em contraposição à rotina e às regras da instituição, principalmente, considerando adolescentes que já estiveram nas ruas. Como já alerta o movimento institucionalista, a imposição unilateral de normas rígidas pode sacrificar, em nome da ordem, a própria razão de ser comunitária, que são as pessoas com seus desejos (PEREIRA, 2007).

Como destaca Ayres *et al.* (2014), no artigo aqui analisado, há potencialidade de se trabalhar autonomia dentro das unidades de acolhimento na superação dos desafios cotidianos, acolhendo, assim, a diferença e produzindo novas possibilidades de convivência no espaço. O mesmo artigo, estabelece, ainda, a diferença entre independência e autonomia ao dizer que “não é alcançando independência que o indivíduo se torna autônomo. O processo de autonomia diz respeito à possibilidade de criação/recriação de si, a um constante processo de diferenciação onde nada está parado.” (AYRES *et al.* 2014., p.213). Nesse contexto, vale lembrar que os processos autogestivo e autoanalítico são acompanhados do prazer coletivo da criação e, por esse motivo, crê-se na autonomia dos grupos, atravessada necessariamente pela participação de seus autores no saber, na experiência particular. Com isso, não queremos dizer que o corpo técnico (coordenador, psicólogo, assistente social e educadores sociais) dos acolhimentos é desnecessário para seu funcionamento, porém, é necessário que a oferta do seu trabalho esteja submetida a uma profunda crítica que separe aquilo que pertence ao “bloco dominante das forças sociais, e o que pode ser útil a uma auto-análise, a uma auto gestão, da qual os segmentos dominados e explorados sejam protagonistas” (BAREMBLITT, 1992, p. 18).

A partir disso, entendemos que a juventude como grupo institucionalizado demanda da equipe técnica (*experts*) a provocação a tomar consciência do que são, sobretudo, de suas potencialidades. Romper o silêncio instituído à juventude em situação de acolhimento contribui para o desmoronamento de restrições, obstáculos

que veem à tona e podem se tornar reveladores da estrutura institucional e daquilo que chamamos de não saber, no sentido do desconhecido, do censurado pela força violenta do instituído.

No artigo analisado de Ayres *et al.* (2014) é apontada a necessidade de que todos os autores envolvidos nas questões cotidianas dos acolhimentos possam dialogar de forma mais transversal. Nesse sentido, os jovens acolhidos são convidados a participar da gestão da instituição, estabelecendo outras formas de organização menos hierarquizadas, onde os limites traçados possam ser redesenhados. Porém, a criação desse encontro coletivo, por si só, não garante a prática da autogestão. Segundo Foucault (1996), seria apenas um processo de liberação, podendo ou não garantir uma prática de liberdade. Portanto, esses processos não são garantia de liberdade, mas podem funcionar como elemento fundamental para que ela aconteça. Se pensarmos na formação desse grupo como sujeitos instituintes, acreditamos na aposta autogestiva e autoanalítica. Sendo assim, eles não necessitam de referências externas que os regulem, podendo fazer leituras de sua própria dinâmica e de seu entorno.

Ayres *et al.* (2014) corroboram ao dizer sobre as possibilidades para criação de grupos autônomos, no qual o subserviente não exista, e que o trabalho seja elaborado em rede, entre acolhimento, comunidade e uma boa relação entre os jovens e os profissionais, valendo-se da transversalidade. Nesse cenário, as autoras pontuam a dificuldade dos profissionais em criar aliança com seus pares pela divergência nas formas de conduzir o trabalho. Observam, através dos relatos dos profissionais, práticas que são construídas nas relações de força que perpassam direta e indiretamente as relações da unidade de acolhimento.

No prisma do movimento institucionalista, notamos que as unidades de acolhimento são atravessadas por princípios relativos a uma dinâmica complexa do tecido institucional. A família, como retratada no relato dos profissionais da pesquisa realizada por Ayres *et al.* (2014), é atravessada por distintos olhares sobre o seu significado como instituição. Contudo, o ideal da família tradicional instituído parece prevalecer ditando normas e condutas necessárias sobre o que é ser e como é ser família. Este tema da família é um tema caro dentro dos acolhimentos, como observado no trabalho de Ayres *et al.* (2014), em que a condição de trabalho e de

habitação, em especial dos educadores sociais e dos jovens, e vivenciada como uma reedição da situação familiar primária, leva a um refúgio nos processos primários do inconsciente. Alguns sintomas comuns podem surgir a partir disso, como: “inibição afetiva, bloqueios intelectuais, boicotes, absenteísmo, acidentes de trabalho, brigas, falta de comunicação, centralização de poder, de saber e prestígio.” (PEREIRA, 2007, p.17).

Considerações finais

Na análise dos resultados identificamos evidente contraste entre o instituinte, mobilizado em sua maioria pela força da juventude que conclama mudanças urgentes na política de acolhimento, e o instituído, representado comumente pelos agentes que pensam e executam a política. Nesse contexto, o instituído apresenta prevalência sobre o instituinte, silenciando, dessa forma, a juventude, capturando os processos de subjetivação singulares e impondo um modelo hegemônico através da centralidade do poder (BAREMBLITT, 1992).

Percebe-se, por meio dessa análise, a emergente necessidade de construir, com a juventude protagonista dessa política, propostas autogestivas e autoanalíticas na formação de grupos que debatam suas diferenças e consigam criar e afirmar soluções para suas problemáticas em meio a um coletivo no qual haverá um desapego à hierarquização e as decisões serão tomadas de maneira transversal.

Refletir sobre a política de acolhimento, no olhar do movimento institucional, aclara as possibilidades de redesenhar essa política de forma com que a juventude ocupe o lugar de protagonista, e, nesse sentido, articule uma identidade grupal própria, partilhando experiências e sentimentos sem o controle dos adultos (Peixoto *et al.*, 2001).

Repensar a política com propostas de trabalho que dialoguem com os processos autogestivos e autoanalíticos nos parece potente, pois colocam em cena outras formas de gestão, acolhendo a diferença e produzindo novas possibilidades de convivência no espaço das unidades de acolhimento. Talvez assim seja possível romper com formas já cristalizadas, produzir questionamentos acerca da instituição

e construir processos autônomos, momentos de grupos instituintes que serão sempre singulares.

Não importa que o espaço institucional seja considerado moderno, modelo, dentro da lei vigente, humanitário, garantidor de direitos, se não garantirmos a potência das linhas de criação que fazemos adentrar por suas paredes e que se tenta, a todo tempo, enrijecer. Com isso, os operadores dessa política – lidos como *experts* pelo movimento institucionalista – devem, para incorporar a esses coletivos, produzir crítica às posições, aos postos e às hierarquias, contrapondo os interesses das classes, dos níveis hierárquicos (diferenças de poder) e dos grupos dominantes: “À parte dessa reinvenção de sua disciplina, os *experts* poderão aprender como eles serão capazes de propiciar outros movimentos autogestivos e autoanalíticos quando forem chamados a participar” (BAREMBLITT, 1992, p.18).

É preciso, para além das unidades de acolhimento, compreender também o contexto psicossocial, valorizar as fontes de apoio social como a família extensa, a escola, a comunidade, que estão implicadas diretamente com esses jovens, buscar o atendimento da família sob o prisma da intersectorialidade, para que, paralelo ao atendimento dos acolhidos, seja priorizado o atendimento e, por que não dizer, o acolhimento da família de origem em conjunto com os serviços de assistência e de saúde disponíveis.

Por fim, é importante ressaltar que os discursos/análises apresentados aqui não são pulsantes ou dominadores em si, o que pretendemos é justamente a desconstrução de verdades totais, para que um campo inventivo se abra, campo que permita a afirmação de verdades possíveis e provisórias.

Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia de. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005, pp. 19-39.

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.

ARPINI, Dorian Mônica. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 23, n.1, p.70-75, mar. 2003.

AYRES, Lygia Santa Maria *et al.* Vida, Criação, Existência e Autonomia em Abrigos. *Mnemosine Departamento de Psicologia Social e Institucional*, Rio de Janeiro, p. 195-216, 5 jan. 2014.

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes: Teoria e Prática*. Rosa dos Ventos, Rio de Janeiro, 1992.

BELLUZZO, Lilia; VICTORINO, Rita de Cássia. A juventude nos caminhos da ação pública. *São Paulo Perspec.*, São Paulo , v. 18, n. 4, p. 8-19, dec. 2004 .

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal 8.069/1990*. Brasília, 1990.

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, 2006.

CAMPOS, Letícia Eli Pereira de. *Acolhimento Institucional: Para mais vida onde há vida*. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Psicologia) - UFRGS, Rio Grande do Sul, 2013.

CAPONI, Sandra. *Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

CASTRO, Lucia Rabello de. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. *Revista Psicologia Política* [online], n. 7, v. 14, 2008.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticaspúblicas de/para/com juventudes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 19-46, jul./dez. 2002.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [Conanda] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS]. *Orientações técnicas para serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes*. Brasília: Conanda/ CNAS, 2008.

FIGUEIREDO, Cyntia Petrocinio; SADER, Emir; BIERRENBACH, Maria Inês. *Fogo no pavilhão – Uma proposta de liberdade para o menor*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FIGUEIRÓ, Martha Emanuela Soares da Silva; CAMPOS, Herculano Ricardo. Abandono e acolhimento institucional: Estudo de caso sobre maioridade e

desinstitucionalização. *Psicologia Argumento*, Curitiba, n. 1, p. 113-125, 17 jan. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

GALVAO, Maria Cristiane Barbosa. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. In: FRANCO, Laércio Joel; Passos; Afonso Diniz Costa. *Fundamentos de epidemiologia*. São Paulo, Manole, 2010, pp. 377-389.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? *Revista Estudos de Sociologia*, v. 10, n. 18/19, p. 193-206, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LANCETTI, Antonio. A casa de inverno: Notas para desinstitucionalização da assistência social. In: LANCETTI, Antonio; BAREMBLITT, Gregório (Orgs.). *Saúde e loucura: Grupos e coletivos*. São Paulo: Hucitec, 2009. pp. 71-84.

LEMONS, Adriana Guerra Abreu *et al.* Evasão nas unidades de acolhimento: discutindo seus significados. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v.26, n.3, p.594-602, 2014.

LUPPI, Carlos Alberto. *Agora e na hora da nossa morte - O massacre do menor no Brasil*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e acriança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2006. pp. 51-76.

MARIN, Isabel Kanh. Instituições e Violência – Violência nas Instituições. In: LEVISKY, David Léo (Org.). *Adolescência pelos Caminhos da Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade, Minas Gerais*, p. 27-37, 06 abr. 2014.

PEREIRA, William Cesar Castilho. Movimento institucionalista: principais abordagens. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, p. 12-29, 12 mar. 2007.

PEREIRA, Wilza Rocha. Algumas contribuições da análise institucional para estudar as relações entre os serviços públicos de saúde e a sua clientela. *R. Bras. Enferm, Brasilia*, p. 31-38, 5 jan. 2000.

ROSA, Maria *et al.* O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. *Estudos de Psicologia*. v.17, n.3, setembro-dezembro/2012, p. 361-368, 2012.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde T.; SERRANO, Solange Aparecida; ALMEIDA, Ivy Gonçalves de. *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec, 2011.

SILVA JUNIOR, Paulo Roberto da; MAYORGA, Claudia. Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 298-308, ago. 2016 .

SILVA, Enid Rocha Andrade da. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, Martha Emanuela Soares da. *Acolhimento institucional: a maioria e o desligamento*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). 2010, 135 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SPOSITO, Marília Pontes.; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social*, v. 17, n. 2, p. 141-172, 1 nov. 2005.

SPOSITO, Marilia Pontes; CARVALHO E SILVA, Hamilton Harley De; SOUZA, Nilson Alves De. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n.32, p. 238-257, 2006.

TEIXEIRA, Paulo André Sousa; VILLACHAN-LYRA, Pompéia. Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 199-210, Apr. 2015.

TOMMASI, Maria Lívia de; BEZERRA, Marlos Alves. Arte do contornamento: trajetórias de jovens da periferia de Natal/RN [Trabalho completo]. In Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS Caxambu, MG: ANPOCS. p. 1- 28, 2010.

TOMMASI, Maria Lívia de. Enfoques y prácticas de trabajo con los jóvenes. Una mirada de las organizaciones no gubernamentales brasileñas. *JOVENes, Revista de Estudios sobre Juventud*, v. 22, p. 48-69. 2005.

Recebido em: 06 ago. 2020.

Aceito em: 29 set. 2020.

COMO REFERENCIAR

MARCON, Mário Henrique Barreto; SILVA JÚNIOR, Paulo Roberto da. Acolhimento Institucional: leituras possíveis do movimento institucionalista sobre a medida protetiva para jovens. *Latitude*, Maceió, v.14, n. 1, p.95-119, 2020.